

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Petrobras pretende investir US\$ 19 bi este ano	2
Título: Um acordo de R\$ 50 bi.....	4
Título: Volkswagen reconhece culpa em caso de emissões de diesel	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Petrobras chama estrangeiras para retomar obras no Comperj	7
Título: Do mar para o ar	10
Título: Volkswagen admite culpa e pagará US\$ 4,3 bi por escândalo	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Após investimentos, setor sucroalcooleiro sai do radar das múltis	13
Título: Usinas fecham safra com dívida de R\$ 100 bi.....	15
Título: Conselho da Renova decide hoje venda de parque eólico para AES	16
Título: Obra no Comperj pode começar do zero.....	17
Título: Estatal espera melhor nota das agências ainda este ano	18
Título: Notas	19
VEÍCULO: Valor Econômico.....	20
Título: Energia de reserva poderá ter "leilão de desconstrução"	20
Título: Petrobras defende melhoria no seu rating	20
Título: Estatal atinge meta anual de produção e bate recorde	23
Título: Petroleira pretende rever bloqueio cautelar no 1º tri.....	24
Título: OGX chega a acordo com credor para converter R\$ 2,4 bi.....	25
Título: Avaliação de Usiminas piora após impasse com Sumitomo na Musa	27
Título: Renova e AES Tietê avançam em negociação.....	28
Título: Agenda	30

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez****Título: Petrobras pretende investir US\$ 19 bi este ano**

Estatul retoma obra de R\$ 2 bi de unidade de gás do Comperj e convida empresas estrangeiras para a licitação.

Depois de concluir uma captação de US\$ 4 bilhões no começo da semana, a Petrobras anunciou ontem que investirá US\$ 19 bilhões este ano. O montante representa um aumento de US\$ 5 bilhões, ou 35%, em relação ao total aplicado em 2016. A companhia também anunciou a retomada das obras da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), essencial para escoar a produção de gás do pré-sal na Bacia de Santos. O Comperj é um dos projetos investigados na Operação Lava-Jato. Desta vez, foram convidadas cerca de 30 empresas estrangeiras para a licitação.

Segundo Pedro Parente, presidente da Petrobras, a companhia não precisará captar recursos para executar seus projetos:— Estamos olhando o mercado para aproveitar as melhores condições, mas sempre para rolar a dívida futura. Não precisamos de dinheiro novo.

US\$ 22 BI EM CAIXA

O diretor financeiro da estatal, Ivan Monteiro, disse que a Petrobras aproveitou, assim como outras empresas, a janela de oportunidade diante do consenso no mercado de que haverá volatilidade a partir da posse de Donald Trump nos EUA. Ele afirmou que a empresa tem US\$ 22 bilhões em caixa: — A posição de caixa gera total tranquilidade para os próximos dois anos e meio, aproximadamente. Ou seja, se não captar nada nesse período, tem caixa suficiente para fazer frente a seus negócios.

O Plano de Negócios da empresa prevê aportes totais de US\$ 74,1 bilhões para o período de 2017 a 2021. Monteiro disse esperar que, com a percepção gradual de recuperação da companhia, as agências de classificação de risco elevem sua avaliação. — A melhora da percepção macroeconômica do Brasil me parece evidente, a melhora na percepção da Petrobras também me parece evidente, e isso favorece que se transfira para o rating — avaliou Monteiro.

A empresa informou ontem que atingiu a meta de produção recorde de petróleo em 2016, com 2,144 milhões de barris por dia, 075% acima do produzido em 2015. O resultado ficou em linha com a meta fixada, de 2,145

milhões de barris por dia. Foi o segundo ano seguido que a estatal cumpriu a meta.

No pré-sal, a média anual da produção em 2016 também foi a maior da história da companhia, atingindo 1,02 milhão de barris por dia, uma alta de 33% em relação ao ano anterior. — Nesta gestão, meta é uma coisa séria — afirmou Solange Guedes, diretora de Exploração e Produção da estatal.

"RANÇO IDEOLÓGICO"

No início do ano, a Petrobras abriu licitação para as obras da UPGN do Comperj. Cerca de 30 empresas estrangeiras foram convidadas para o processo. A obra tem custo estimado de R\$ 2 bilhões e deve levar dois anos e meio. Cerca de 30% dos trabalhos já tinham sido executados anteriormente, a um custo de R\$ 500 milhões. Parente ressaltou que o projeto não significa uma retomada das obras do Comperj.

Segundo ele, algumas empresas nacionais não puderam ser convidadas porque são alvo de investigações da Lava-Jato e estão impedidas de participar de licitações. Parente destacou, porém, que a maioria das convidadas tem atividades no país e disse que a discussão sobre o assunto tem "ranço ideológico".

— É uma discussão que, no fundo, tem caráter ideológico. A gente ter um viés, um ranço ideológico contra quem venha de fora investir em nosso país, no meu modo de ver, contraria os interesses do próprio país — disse. — Contratamos empresas brasileiras, cuja propriedade pode ser de capital estrangeiro, mas sediadas no país, que produzem emprego e renda no país e, para todos os efeitos, são empresas brasileiras. E contratamos empresas estrangeiras, porque nosso objetivo é ampliar possíveis participantes dessa concorrência e, com isso, melhorar as condições de competição com reflexos positivos nos preços.

Segundo o diretor de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia, Roberto Moro, a maioria das empresas convidadas já está estabelecida no Brasil. As demais, se forem vencedoras, terão de se estabelecer. De acordo com Moro, a seleção das convidadas foi baseada em critérios técnicos, financeiros e de integridade e conformidade.

Indagado sobre o motivo de a estatal não ter reajustado a gasolina no dia 6, quando elevou o preço do diesel, Parente disse que não havia necessidade segundo a metodologia adotada. Ele ressaltou que a Petrobras mantém sua política de preços: — Naquele momento em que o grupo se reuniu, não havia nenhuma necessidade de fazer reajuste da gasolina.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio****Autor: Martha Beck****Título: Um acordo de R\$ 50 bi**

Plano de socorro federal ao estado inclui cortes, aumento de receitas e cessão da Cedae à União.

O acordo de socorro ao Estado do Rio acertado ontem entre o governador Luiz Fernando Pezão e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, envolve ações que somam R\$ 20 bilhões somente este ano. Segundo integrantes da equipe econômica, cerca de metade desse montante é relativa a medidas de redução de gastos.

Estão previstos ainda aumento de receitas e reestruturação das dívidas do estado. Num período mais longo, até 2020, o valor total do acordo deverá ter um impacto de cerca de R\$ 50 bilhões. Meirelles afirmou ao GLOBO que o acordo está sendo fechado com cuidado, para dar segurança jurídica tanto à União quanto ao governo estadual: — E isso está sendo feito em tempo recorde.

A Cedae será privatizada, e os recursos dessa operação vão ser antecipados ao estado por instituições públicas, como o Banco do Brasil e o BNDES. Segundo os técnicos, está sendo feita uma negociação de forma a que o estado não possa voltar atrás na privatização. A ideia é que ações da Cedae sejam dadas em garantia às instituições financeiras.

ANTECIPAÇÃO DE ROYALTIES

Outra parte do acordo é a antecipação de receitas dos royalties que o estado tem a receber pela exploração de petróleo. De acordo com os técnicos, no entanto, essa medida não resultará num valor tão expressivo, porque boa parte dos recursos futuros dos royalties já está comprometida por operações anteriores feitas pelo Rio. Do lado do corte de despesas, está prevista a redução da jornada de trabalho e de salários dos servidores, além de gastos com subsídios.

Para aumentar a arrecadação, a proposta é aumentar de 11% para 14% a contribuição previdenciária dos funcionários. Uma fonte próxima às negociações em Brasília disse que o valor arrecadado com a privatização da Cedae será abatido da dívida do Rio com a União. Segundo ela, o estado não dispõe de outros ativos para oferecer à União.

A transferência das ações da Cedae depende, entretanto, de aprovação da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), que barrou no fim do ano passado a maioria dos projetos de um pacote de austeridade enviado pelo Executivo.

Essa cessão depende também de um acordo com os cerca de 700 acionistas da companhia. O estado tem 99,9996% das ações. — É um processo trabalhoso, mas pode ser rápido. Tudo pode estar concluído ainda este ano — contou a mesma fonte. — A forma de concessão da Cedae será coordenada pelo BNDES, que pode ir adiantando os trâmites em paralelo à votação da medida na Alerj.

Em agosto do ano passado, o BNDES apresentou ao governo fluminense uma proposta de subconcessão da Cedae, já que a companhia continuaria como produtora de água. A ideia era dividir o estado em quatro áreas geográficas de concessão para distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Uma delas seria a capital, que, pelo maior potencial econômico, ajudaria a subsidiar as demais. Pezão, no entanto, não aceitou a proposta.

Ontem, em Brasília, o governador negociou com o presidente Michel Temer e com Meirelles os detalhes do acordo. A promessa é que ele seja concluído até a próxima semana. — O Rio de Janeiro volta a ficar um estado viável, que não vai ficar na dependência mais do petróleo — disse Pezão ao deixar o Ministério da Fazenda ao lado de Meirelles. O ministro destacou que podem ocorrer operações de empréstimo do Rio com instituições financeiras, não diretamente com a União.

O presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, também participou da reunião na Fazenda. A ideia é que o Tesouro Nacional ofereça garantias a empréstimos bancários para o governo estadual destinados a objetivos específicos, como a realização de um programa de demissão voluntária.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Volkswagen reconhece culpa em caso de emissões de diesel

Seis funcionários são condenados. Acordo prevê pagamento de US\$ 4,3 bilhões.

A Volkswagen admitiu ontem ter culpa no escândalo da fraude dos testes de emissões de poluentes e concordou em pagar US\$ 4,3 bilhões em penalidades. As medidas fazem parte de um acordo para encerrar as questões relacionadas ao caso nos Estados Unidos. Em paralelo, promotores anunciaram o indiciamento de seis executivos da empresa.

Como parte do acordo, a empresa reconheceu sua culpa em três crimes previstos na lei americana: conspiração para enganar o país, obstrução de Justiça e uso de falsas informações na hora de importar carros para os EUA.

A penalidade de US\$ 4,3 bilhões é o segundo maior acordo ambiental na Justiça americana, atrás dos US\$ 20,1 bilhões que a BP teve de pagar pelo derramamento de petróleo no Golfo do México em 2010, de acordo com o “Financial Times” (“FT”). Do total, US\$ 2,8 bilhões são de uma multa criminal e US\$ 1,45 bilhão vai resolver queixas civis ambientais e alfandegárias.

Em separado, a Volks pagará US\$ 50 milhões em penalidade relativa à transformação de operações de leasing de carros em papéis lastreados em ativos.

MULTA MENOR COM COOPERAÇÃO

A respeito desta queixa, a companhia negou em comunicado ter “qualquer responsabilidade”, mas que fez o acordo “para evitar a incerteza e os gastos de um longo litígio”.

“A Volkswagen se arrepende profundamente do comportamento que gerou a crise do diesel”, ressaltou em comunicado Matthias Müller, diretor-executivo da Volks. “Continuaremos a levar adiante mudanças na nossa forma de pensar e trabalhar”.

A cooperação com a Justiça garantiu à empresa uma redução de 20% na penalidade financeira mínima que poderia ter de pagar, segundo informou o “FT” citando o Departamento de Justiça dos EUA.

Ainda como parte do acordo, a companhia concordou em ser supervisionada, pelos próximos três anos, por um monitor independente.

Promotores também indiciaram seis executivos e funcionários da Volks, por seus papéis nos quase dez anos em que modelos a diesel de marcas do grupo foram equipados com o software fraudador. Entre eles, Oliver Schmidt, responsável pelo escritório de meio ambiente e engenharia em Michigan e que foi preso na segunda-feira. Os outros cinco estão na Alemanha, conforme o “Washington Post”. O jornal acrescentou que Loretta Lynch, procuradora-geral dos EUA, disse que ainda é cedo para dizer como isso afetaria o andamento das medidas legais. O acordo precisa ser aprovado pelo juiz Sean Cox, de Detroit.

A Volks admitiu, em setembro de 2015, o uso do software que mascara as emissões de poluentes quando o carro está passando por testes. A empresa só reconheceu o fato após a Agência de Proteção Ambiental dos EUA revelar a existência da fraude.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Lucas Vettorazzo**Título:** Petrobras chama estrangeiras para retomar obras no Comperj

A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (11) que retomará as obras da unidade de processamento de gás natural do Comperj, o complexo petroquímico em instalação em Itaboraí, região metropolitana do Rio.

Para isso, lançou concorrência no valor de R\$ 2 bilhões e convidou cerca de 30 empresas, a maioria de capital estrangeiro.

A Petrobras não divulgou os nomes das empresas. Reportagem publicada nesta quarta-feira pelo jornal "Estado de S. Paulo" afirma que entre as convidadas estão a alemã ThyssenKrupp, a chinesa Chaliece e a espanhola Acciona.

A obra do Comperj é investigada pela Lava Jato e sua principal unidade, de refino de petróleo, ainda não tem prazo de conclusão.

A unidade de gás é uma estrutura secundária ao projeto que receberá e processará o gás vindo dos campos no pré-sal na Bacia de Santos, a partir de 2020.

Em café da manhã com jornalistas na sede da empresa, no centro do Rio, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, ressaltou que o movimento não significa a retomada do Comperj, mas que a unidade será importante na atual estrutura de produção da empresa.

Parente foi questionado se o convite a empresas estrangeiras foi proposital, dado que as principais construtoras brasileiras estão impedidas de fechar contrato com a Petrobras em função da Lava Jato.

O presidente argumentou que a maior parte das convidadas são empresas com matriz no exterior, mas com operações e empregados no Brasil. Parente adiantou-se a possíveis críticas ao uso de empresas estrangeiras, o que classificou de "ranço ideológico".

"Não acho que empresas instaladas no país, com empregados e unidades no Brasil, são empresas estrangeiras. Dizer que são estrangeiras, é ranço ideológico. Para todos os efeitos, são empresas brasileiras", disse.

O diretor de desenvolvimento da produção e tecnologia da Petrobras, Roberto Moro, afirmou que a escolha atendeu critérios técnicos e de integridade financeira das empresas.

Já o diretor de governança corporativa, João Elek, disse que a Petrobras aguarda o desbloqueio de empresas brasileiras para futuras contratações.

Atualmente, cerca de 20 empresas estão impedidas de fazer negócios com a Petrobras em função das investigações da Lava Jato, desde 2015. Entre elas, estão, por exemplo, a Odebrecht e a Engevix.

Elek disse que a Petrobras acredita que ainda neste ano haverá o desbloqueio dessas empresas para que possam contratar junto a estatal.

Isso só poderá ocorrer, contudo, a partir do fechamento de acordos de leniência das companhias com a CGU (Controladoria Geral da União), algo que se arrasta desde 2015.

O acordo de leniência é mecanismo semelhante à delação premiada, no qual a empresa se compromete a ajudar nas investigações, além de adotar práticas de governança corporativa.

De acordo com Roberto Moro, a concorrência para as obras no Comperj deve ocorrer em até cinco meses. Os convites foram enviados na primeira semana deste ano.

A previsão é a de que as obras físicas levem dois anos e meio. O valor, de R\$ 2 bilhões, não considera os R\$ 500 milhões que já tinham sido gastos na obra pela Queiroz Galvão, que abandonou o contrato em 2015 no auge das investigações da Lava Jato.

Segundo Moro, 30% das obras da chamada UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural) já estão concluídas.

Ele não soube dizer se isso terá impacto no valor oferecido na proposta das empresas estrangeiras convidadas a participar da licitação para a prestação do serviço. "Só ao final da concorrência saberemos de esse valor (R\$ 500 milhões) será abatido", disse.

PRODUÇÃO RECORDE

A Petrobras aproveitou o evento para destacar a produção recorde obtida em 2016.

A empresa alcançou média de produção de 2,144 milhões de barris de petróleo por dia, alta de 0,75% frente a 2015.

A produção ficou em linha com a meta estipulada pela empresa no início do ano.

Considerando óleo e gás, a produção chegou a 2,63%, aumento de 1% em relação ao verificado um ano antes.

"Estamos satisfeitos, mas conscientes que ainda falta muito a ser feito", disse Parente.

POLÍTICA DE PREÇOS

O presidente da petroleira também afirmou que está cumprindo sua nova política de preços de combustíveis, que prevê refletir as cotações internacionais e buscar margens competitivas para a companhia.

A empresa surpreendeu parte do mercado ao elevar apenas o preço do diesel nas refinarias na semana passada, enquanto analistas estimaram que as cotações da gasolina estavam abaixo da paridade de importação, indicando que a estatal não teria cumprido plenamente sua regra.

Mas Parente destacou que existe uma "disparidade muito grande" nas avaliações de analistas sobre os preços praticados pela empresa e destacou que ao realizar o reajuste na semana passada não havia nenhuma necessidade de fazer ajuste no preço da gasolina.

"Existem maneiras diferentes de calcular, e obviamente a gente segue a nossa..., que traz o resultado direto no nosso caixa. Nós estamos mantendo a nossa política de ter uma margem positiva tanto no preço do diesel quanto no da gasolina", afirmou Parente.

O executivo voltou a destacar que a empresa tem liberdade para praticar seus preços independentemente da vontade do governo federal. No passado, por muitos anos, a companhia manteve preços da gasolina e do diesel abaixo dos valores internacionais para ajudar ao governo a controlar a inflação, amargando grandes prejuízos.

"Temos muito respeito pelo consumidor, que merece muita atenção, mas a Petrobras não tem obrigação legal de observar critérios macroeconômicos (como a inflação) na fixação de seus preços", afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado / Colunas**Autor:** Maria Cristina Frias**Título:** Do mar para o ar

A produção de gás natural deverá crescer ao menos 8% no país até 2018, impulsionada pelas bacias do pré-sal.

Em um cenário mais otimista, a taxa chega a 11,2%, aponta estudo da PwC, feito a pedido da Abegás, que representa as distribuidoras de gás.

Entre os fatores apontados como centrais para atrair investimentos ao mercado estão a mudança das normas de tributação do gás e a existência de um agente regulador independente.

O estudo propõe que a ANP (agência do petróleo) exerça esse papel de supervisão -e não que uma operadora seja criada, proposta que empresas de outros elos do mercado, como as produtoras, defendem junto ao governo.

"Um novo órgão criaria um custo extra. Avaliamos que com o fortalecimento da ANP, já seria possível garantir o acesso à rede", afirma Augusto Salomon, presidente-executivo da associação.

10% - é a participação do gás natural na matriz energética brasileira projetada para 2016

US\$ 7 bilhões - é o investimento mínimo projetado em novos gasodutos nos próximos dez anos

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** "Financial Times"**Título:** Volkswagen admite culpa e pagará US\$ 4,3 bi por escândalo

A Volkswagen se admitirá culpada de três crimes e pagará US\$ 4,3 bilhões em indenizações para encerrar uma investigação do Departamento da Justiça dos Estados Unidos sobre o escândalo relacionado às emissões de poluentes por seus veículos diesel em que a montadora alemã de automóveis está envolvida há 15 meses.

O acordo anunciado nesta quarta-feira (11) surge mais de uma década depois que a Volkswagen decidiu criar um software especial para derrotar os testes de

emissões de poluentes requeridos pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos, em lugar de sacrificar potência em um novo motor diesel.

"Por anos, a Volkswagen fez publicidade de seus veículos definindo-os como 'o diesel limpo'. Nossa investigação revelou que eles são exatamente o contrário disso", disse Loretta Lynch, secretária da Justiça dos Estados Unidos.

A Volkswagen admitiu que mais de 11 milhões de veículos em todo o mundo haviam sido equipados com o "dispositivo manipulador" que reduzia as emissões de óxido de nitrogênio de seus motores durante testes de laboratório. Quando as autoridades regulatórias começaram a suspeitar dos resultados, os executivos da empresa passaram a mentir e destruíram documentos.

A penalidade, que inclui uma multa criminal de US\$ 2,8 bilhões, representa o segundo maior acordo por crime ambiental na história dos Estados Unidos, com valor inferior apenas ao caso da plataforma Deepwater Horizon, da BP.

O acordo é sinal do esforço de uma das maiores montadoras de automóveis do planeta para resolver um escândalo que se tornou a crise mais séria na história da empresa.

CULPA

A Volkswagen se admitiu culpada de acusações de conluio para violar a Lei do Ar Limpo norte-americano, e por cometer fraude telegráfica, obstruir a Justiça e fazer declarações falsas com o objetivo de importar produtos.

Os promotores públicos dos Estados Unidos esta semana apresentaram acusações criminais contra um antigo executivo da empresa e estão considerando a possibilidade de acusar mais gente relacionada à Volkswagen.

A empresa pagará US\$ 1,5 bilhão para encerrar o processo civil movido contra ela pela EPA e pela alfândega dos Estados Unidos, e US\$ 50 milhões em multa por violação da Lei de Reforma, Recuperação e Fiscalização de Instituições Financeiras, relacionada ao uso de contratos de arrendamento mercantil de veículos como lastro para títulos financeiros.

As ações da Volkswagen subiram em 3,3% na quarta-feira, depois que a empresa anunciou, na noite anterior, que estava em "negociações avançadas" para o acordo em valor de US\$ 4,3 bilhões.

As penalidades de US\$ 4,3 bilhões impostas à empresa vêm se somar aos US\$ 15,3 bilhões que a Volkswagen concordou em pagar em junho em um acordo parcial para encerrar processos do governo federal, governos estaduais e proprietários de veículos equipados com motores diesel de 2.000 cc.

A empresa anunciou no mês passado um acordo adicional em valor de US\$ 1 bilhão referente a motores diesel de 3.000 cc.

Em outubro, a Volkswagen anunciou ter constituído provisão de 18,2 bilhões de euros (US\$ 19,2 bilhões) para cobrir os custos do escândalo.

A montadora também terá de aceitar e pagar pela fiscalização de um monitor autônomo quanto aos seus programas de correção das violações, pelo prazo de três anos.

O acordo apresentado a um tribunal federal de Detroit demonstra que a decisão de trapacear nos testes de emissões foi contenciosa desde o primeiro momento, na empresa.

Seis funcionários em posição executiva e um advogado da empresa, muitas vezes contrariando as objeções de subordinados, ordenaram ações específicas para projetar o dispositivo manipulador ou ocultar sua existência dos fiscais, afirma o texto do acordo.

DOCUMENTOS

Funcionários da Volkswagen destruíram documentos como parte de um amplo acobertamento quanto aos motores usados em 590 mil carros vendidos nos Estados Unidos. Em 31 de agosto de 2015, quando esse acobertamento começava a ser exposto, um executivo da Volkswagen apagou arquivos que continham a expressão "função acústica", uma referência ao software usado para trapacear nos testes, e instruiu seus subordinados a fazerem o mesmo.

Um segundo executivo instruiu seu assistente a jogar fora um drive de computador que continha arquivos potencialmente incriminadores, de acordo com os documentos apresentados ao tribunal. Dentro da Volkswagen e da Audi, "milhares de documentos foram apagados, por aproximadamente 40" funcionários.

Depois que a EPA revelou publicamente a trapaça da Volkswagen quanto às emissões, em setembro de 2015, a investigação interna da empresa recuperou muitos dos arquivos apagados e os entregou à promotoria. Essa cooperação valeu à Volkswagen uma redução de 20% na penalidade financeira mínima que poderia ter sofrido, informou o Departamento da Justiça.

A Volkswagen também recebeu US\$ 11 bilhões em crédito por seus acordos com compradores de carros e sua contribuição monetária a um fundo de reparação ambiental.

David Uhlmann, antigo diretor da divisão de crimes ambientais do Departamento da Justiça, ressaltou que o governo não aceitou um acordo que postergaria o processo, uma maneira mais leniente de lidar com violações da lei por grandes empresas.

"Era essencial que o departamento insistisse em admissão de culpa, dados os delitos gritantes de conduta da Volkswagen e o fato de que a responsabilidade por eles atingia escalões muito elevados na empresa", ele disse.

Arndt Ellinghorst, analista da Evercore ISI, disse que "a notícia mais importante é que a Volkswagen conseguiu chegar a um acordo que permite que ela retome seu caminho. É um grande alívio que o problema não tenha sido arrastado até depois da posse do novo governo dos Estados Unidos".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Após investimentos, setor sucroalcooleiro sai do radar das múltis

As multinacionais reduziram seu apetite no setor de açúcar e álcool no Brasil. Responsáveis por ajudar a impulsionar a expansão do setor entre 2003 e 2010, período marcado pela retomada do consumo de etanol com os carros flex e a promessa de que o combustível renovável se tornaria uma commodity global, tradicionais indústrias do País e novos investidores fizeram aportes estimados em cerca de R\$ 15 bilhões para construção de usinas, fusões e aquisições nesse segmento.

Empolgadas com o potencial mercado que se abria para o consumo do etanol, grandes produtoras de grãos - como as tradings ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus - fizeram pesadas apostas e inflacionaram o setor com a compra de usinas e a construção de novas unidades, incentivando outros grupos estrangeiros a investir no setor no País, como a indiana Shree Renuka, uma das maiores produtoras de açúcar da Índia, fundos de investimentos e até petroleiras gigantes, como Shell (sócia da Cosan), BP e a própria Petrobrás.

Até então, dominado por tradicionais usineiros do País, o setor mudou de mãos e abriu novas fronteiras fora de São Paulo, maior Estado produtor. O capital estrangeiro responde por uma participação relevante da produção de cana do País - cerca de 30% -, mas deve reduzir esse percentual, uma vez que o setor continua mergulhado em uma forte crise, que provocou o fechamento de 80 unidades produtoras levou boa parte das usinas a pedir recuperação judicial.

Os estrangeiros estão presente direta ou indiretamente em metade dos dez maiores grupos em operação no País (ver quadro).

Frustração. "O boom de investimentos deu um novo fôlego e cara nova ao setor. Mas muitos investidores estrangeiros acharam que poderiam importar a gestão de suas matrizes para o negócio e se deram mal", disse Júlio Maria Martins Borges, sócio consultoria JOB Economia. "As tradings de grãos e gigantes petroleiras vieram com a promessa de expansão, que não se concretizou. A americana ADM (que vendeu sua usina e projetos para duas unidades em 2016) saiu, a indiana Renuka entrou em recuperação judicial (e não tem interessados no leilão de sua usina) e a petroleira BP estagnou", afirmou Borges.

Fontes do mercado financeiro afirmaram ao Estado que grandes grupos só não saem do negócio porque não há comprador, citando a Bunge e a Louis Dreyfus, dona da Biosev no País. "As duas estão entre as maiores tradings globais, mas não tiveram o resultado esperado na produção de açúcar e etanol", disse uma fonte de banco.

Para Plínio Nastari, da Datagro, outra importante consultoria do setor, enquanto não houver transparência de competitividade do etanol com a gasolina, esse segmento não vai ter o retorno esperado.

Antonio de Padua Rodrigues, diretor da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), disse que há perspectivas de melhora para o setor com a recuperação dos preços internacionais do açúcar. No entanto, lembrou que 50% da safra de cana do País é destinada à produção de etanol, que precisa de uma política que garanta estabilidade ao negócio. "O programa Renova Bio (lançado pelo governo federal em dezembro) promete dar um fôlego", disse.

Com a crise que já perdura há pelo menos cinco anos, a expectativa era de que os preços dos ativos no setor recuassem atraindo novos investidores. "De fato, o valor das usinas caiu, mas ainda ninguém se arrisca a entrar no setor", afirmou um executivo que reestrutura empresas no País. "Podemos ver a entrada de fundos especializados em empresas problemáticas, mas grandes negócios serão raros no curto prazo."

A mais recente transação envolvendo o aumento de participação de grupo estrangeiro ocorreu em dezembro, com a venda da fatia da Petrobrás na Guarani, do grupo francês Tereos. A estatal também fez uma reestruturação societária para sair do grupo São Martinho. O grupo alemão Suedzucker informou em novembro que o Brasil é alvo de possível aquisição, mas ainda não fez movimento nesse sentido. "A chinesa Cofco (que incorporou as usinas da

Noble Group após uma aquisição global) também poderá expandir, mas não é o momento", disse outra fonte.

Procurada, a Bunge reiteirou a declaração dada pelo presidente global da companhia, Soren Schroder, em dezembro. Segundo ele, "a venda dos negócios de açúcar no Brasil não é o caminho certo, embora o setor esteja entrando num ciclo ascendente". A Dreyfus informou, em nota, que "não tem planos de vender a Biosev". Já a BP disse que o Brasil é estratégico, continua investindo em suas usinas e entende que os biocombustíveis têm papel fundamental dentro da matriz energética. A Cofco não retornou os pedidos de entrevista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: M.S.

Título: Usinas fecham safra com dívida de R\$ 100 bi

As usinas de açúcar e álcool devem encerrar a atual safra 2016/17 devendo um faturamento do setor, estimado em cerca de R\$ 100 bilhões, de acordo com estimativas preliminares feitas por Antonio de Padua Rodrigues, diretor da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única), a pedido do Estado.

Embora o valor seja considerado alto, o endividamento total do setor já foi bem maior, segundo Rodrigues. Nas últimas duas safras, por exemplo, disse o executivo, as indústrias sucroalcooleiras iniciaram seus ciclos devendo cerca de 110% da receita total do setor. "A redução do endividamento do setor reflete a melhora dos preços do açúcar", afirmou.

No ano passado, importantes grupos do setor fizeram reestruturações de suas dívidas. Foi o caso da Odebrecht Agroindustrial, que no segundo semestre de 2016 renegociou cerca de R\$ 7 bilhões de dívidas com os principais bancos credores, como Bradesco, Santander, BNDES, Itaú e Banco do Brasil. A empresa se comprometeu a fazer uma capitalização de R\$ 6 bilhões, dos quais R\$ 2 bilhões serão com aporte de ativo e R\$ 4 bilhões em injeção financeira. A indiana Renuka, que tem quatro usinas no País e está em recuperação judicial desde outubro de 2015, está tentando leiloar uma de suas usinas de São Paulo, para tentar abater sua dívida, estimada em R\$ 2 bilhões.

Falta de investimento. Segundo Rodrigues, da Unica, das 80 usinas desativadas nos últimos anos, poucas são as chances delas voltarem a operar.

Segundo ele, nem todos os grupos e estão investindo em renovação de canavial. A produtividade recuou na safra 2016/17. Na região Centro-Sul, ficou em torno de 77 toneladas por hectare. "Teria potencial para chegar a 85 toneladas por

hectare. Daria para aumentar a produção de cana em 80 milhões de toneladas com as unidades atuais" A colheita é estimada em 650 milhões de toneladas no País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Conselho da Renova decide hoje venda de parque eólico para AES

Segundo fontes, conselho da Cemig, principal sócio da empresa, teria aprovado ontem a venda.

A Renova Energia convocou para hoje uma reunião de seu conselho de administração para aprovar a venda do parque eólico Alto Sertão II para a americana AES, que administra a distribuidora paulista Eletropaulo. Segundo uma fonte próxima à negociação, o conselho da estatal Cemig - principal acionista da empresa de energia renovável - aprovou ontem a venda do complexo eólico para grupo americano.

O parque eólico, localizado na Bahia, tem 386 megawatts (MW) de potência e envolve cifras perto de R\$ 700 milhões. O dinheiro será usado para reduzir a alavancagem da empresa, cuja dívida soma R\$ 1,6 bilhão, e para concluir a obra do parque Alto Sertão III, também na Bahia. Segundo fontes, o negócio chegou a ser disputado por outros três investidores estrangeiros, mas deve ficar mesmo é com a AES, se o conselho aprovar hoje a proposta.

Em crise desde o ano passado por causa de uma parceria frustrada com a americana SunEdison, que entrou em recuperação judicial em abril, a Renova Energia vinha fazendo inúmeras mudanças na empresa para conseguir honrar os compromissos firmados. Mas, nem com todos os cortes de despesas e aportes feitos pelos acionistas, a situação financeira melhorou.

Desde o início da crise, a Renova vinha buscando um sócio estratégico para dar fôlego novo à empresa. Se confirmada a venda para a AES, esse plano será afastado por tempo indeterminado, disse ontem à Reuters uma fonte com conhecimento direto do assunto. Procurada, a Renova disse que não iria comentar o assunto. A AES Brasil não comentou imediatamente. A Cemig não respondeu imediatamente pedidos de comentário.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes e Mariana Sallowicz****Título: Obra no Comperj pode começar do zero**

Empresa já havia pago R\$ 500 milhões à Queiroz Galvão por unidade de gás, mas há dúvidas se equipamentos poderão ser aproveitados.

A Petrobrás pode começar do zero a licitação da unidade de processamento de gás natural (UPGN) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), apesar de já ter pago cerca de R\$ 500 milhões por ela. A empresa estima em R\$ 2 bilhões o valor da obra, o mesmo estipulado à construtora Queiroz Galvão, que em 2015 abandonou o projeto com 30% da infraestrutura construída.

Qualquer redução de preço vai depender da nova fornecedora, que poderá ainda aproveitar equipamentos para reduzir também o prazo de construção. “O valor da obra gira em torno de R\$ 2 bilhões. Nossa concentração é na continuidade da obra. Se alguns equipamentos puderem ser aproveitados, isso vai trazer reflexos para a redução do valor”, disse o diretor de Tecnologia e Desenvolvimento da Produção da estatal, Roberto Moro.

Ele também completou que a competição entre as 30 empresas fornecedoras convidadas na semana passada a participar da licitação para a montagem da UPGN vai determinar se a Petrobrás vai ficar com o prejuízo de R\$ 500 milhões ou não. Petrobrás e Queiroz Galvão ainda discutem na Justiça o valor do contrato da UPGN, considerado pela empreiteira insuficiente para cobrir os custos.

A Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) diz que equipamentos contratados para o complexo petroquímico, inclusive para a UPGN, foram entregues, mas não foram pagos pelas empreiteiras que lideravam as obras da estatal no passado. “Só entregamos porque diretores da Petrobrás pediram. Reuniões foram feitas dentro da Petrobrás com diretores e a presidente à época (Graça Foster) e a companhia se comprometeu a resolver o problema.

Então, o Pedro Parente não pode chegar e falar que o que aconteceu antes dele não é problema dele”, disse o presidente da entidade, José Velloso. Além do Comperj, foram entregues máquinas em outras obras suspensas, como na Refinaria Abreu e Lima. Ontem, Moro disse que, no caso da UPGN do Comperj, esses subfornecedores de equipamentos vão ter que negociar com a empresa ou o consórcio que assumir o contrato no lugar da Queiroz Galvão.

Ao Estado, a Petrobrás respondeu que “não pode assumir compromissos no lugar de fornecedores inadimplentes e que, no caso da UPGN, os valores previstos contratualmente já foram pagos pela companhia”. A Petrobrás planeja que a UPGN esteja pronta em três anos, a tempo de receber o gás que será produzido no pré-sal. Para agilizar, convidou empresas de grande porte para assumir a obra.

Apenas estrangeiras foram chamadas para a licitação, como antecipou o Estado. O presidente da estatal, Pedro Parente, disse que qualquer distinção entre fornecedores estrangeiros e nacionais é um “ranço ideológico”. “Se está no Brasil, instalada de acordo com as leis brasileiras, para mim é brasileira, porque gera emprego e renda no País”, declarou.

A petroleira espera que empresas investigadas na Lava Jato comecem a sair da sua ‘lista negra’ no primeiro trimestre deste ano. Parente ainda comemorou o alcance da meta de produção em 2016, de 2,14 milhões de barris por dia, em média. Durante o evento, ele disse que 2017 será “o ano da virada” da Petrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Estatal espera melhor nota das agências ainda este ano

Para Ivan Monteiro, diretor financeiro da Petrobrás, agências estão com ‘fotografia defasada’ da empresa.

O diretor Financeiro da Petrobrás, Ivan Monteiro, disse ter expectativa de que as empresas de classificação de risco de investimento melhorem a nota da estatal ao longo do ano. Para o diretor, as agências estão com uma “fotografia defasada” da estatal, que teria avançado desde o ano passado, quando teve seu grau de investimento cassado.

Monteiro citou a redução do endividamento, a adoção de práticas de governança corporativa e de uma política de reajuste dos preços que, em sua opinião, demonstram a autonomia da empresa em relação ao governo. Em outubro, a Moody’s elevou a nota de crédito da Petrobrás, apesar disso, o rating ainda está cinco degraus abaixo do grau de investimento.

A recepção positiva do mercado à captação concluída na segunda-feira comprova que os investidores estão mais abertos à Petrobrás, acredita o diretor. “As melhoras são naturalmente capturadas”, afirmou. A avaliação é que o “timing e o volume” da operação foram oportunos. Segundo o diretor, novas

captações apenas vão ocorrer se houver uma oportunidade para melhorar o perfil da dívida da empresa, como a janela que se abriu nesta semana, antes que Donald Trump assumisse a presidência dos Estados Unidos e o mercado sofresse volatilidade.

A empresa tinha US\$ 22 bilhões em caixa na semana passada, antes da emissão de bônus, suficiente para pagar as dívidas dos próximos dois anos e meio, ressaltou Monteiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Notas

Pressão após veto na Usiminas

Na Usiminas, nada transcorre com facilidade. Depois de a Sumitomo, sócia da siderúrgica na subsidiária de mineração, a Musa, ter vetado a liberação do caixa da empresa, o presidente da Usiminas, Rômel de Souza, que voltou ao cargo após decisão judicial, deve ser mais pressionado.

Ampulheta

Agora, o executivo corre contra o tempo: tem até junho para liberar os recursos, visto que o movimento faz parte do acordo firmado entre a empresa e seus credores para o alongamento de suas dívidas. Com a negativa formal de sua sócia realizada em Assembleia, a Usiminas deve tentar reverter essa negativa na Justiça. As ações preferenciais fecharam ontem com queda de 1,99%, a R\$ 4,43.

Também quero

Depois de dois anos longe do mercado de dívida internacional, a Gerdau analisa uma nova emissão no exterior. A operação, porém, não deve ocorrer no curtíssimo prazo. Depois de Petrobrás e Fibria, há uma lista de empresas brasileiras que devem continuar aproveitando a liquidez global nos próximos dias. Vale e Cemig devem acessar o mercado externo na semana que vem. Braskem e Raízen, por sua vez, podem fazer uma emissão “a qualquer momento”.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt****Título: Energia de reserva poderá ter "leilão de descontratação"**

Após cancelar o 2º Leilão de Energia de Reserva (LER) de 2016, o governo decidiu buscar soluções para descontratar volumes de energia nesta modalidade cujos empreendimentos ainda não entraram em operação comercial. O assunto foi tratado em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE),

O cancelamento do certame, às vésperas de sua realização, gerou queixas dos segmentos de geração de fontes eólica e solar. Desde então, fornecedores ameaçam deixar o país frente a previsão de queda drástica da demanda por turbinas e equipamentos.

Na ocasião, o governo justificou a decisão ao prever para os próximos anos um aumento da sobrecontratação de energia no sistema, em parte explicada pela queda no consumo em momento de resfriamento da economia. Mesmo sem consumir, o consumidor teria que arcar com a energia excedente com um encargo específico repassado pelas contas de luz.

De acordo com o CMSE, a proposta de realizar descontratar a energia de reserva partiu da secretaria-executiva do Ministério de Minas e Energia. Os estudos preliminares indicam a necessidade de realizar um "leilão de descontratação" para envolver a participação de empreendimentos ainda em fase de implementação. O certame contemplaria o empreendedor disposto a oferecer o maior pagamento pela saída da modalidade

O governo avalia que a medida, além de reduzir o custo para o consumidor com desequilíbrio entre oferta e demanda de energia, deve atrair projetos que enfrentam dificuldade de execução e com chances reduzidas de sair do papel.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho****Título: Petrobras defende melhoria no seu rating**

A Petrobras iniciou a semana com um caixa de US\$ 22 bilhões, posição que dá "total tranquilidade" para que a empresa consiga cumprir o vencimento de suas dívidas pelos próximos dois anos e meio, sem a necessidade de novas captações, disse o diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Ivan

Monteiro. Em encontro com jornalistas, ontem, o executivo classificou como bem-sucedida a captação de US\$ 4 bilhões por meio da emissão de bônus no exterior, na segunda-feira, e que a reação positiva do mercado na operação abre espaço para a melhoria dos ratings da empresa.

"A melhora da percepção macroeconômica do Brasil me parece evidente, a melhora da percepção sobre Petrobras também me parece evidente. Isso agora tem de ser transferido para os ratings", comentou. "A gente tem uma expectativa de que ocorra uma melhora [na classificação das notas de crédito da empresa]", complementou o executivo, durante café da manhã com jornalistas no Rio.

Atualmente, a nota de crédito corporativo da Petrobras é considerada pelas três principais agências de classificação de riscos (Moody's, Standard & Poor's e Fitch) como grau especulativo. A última das instituições a rever sua avaliação sobre a petroleira brasileira foi a Moody's, que em outubro elevou os ratings da Petrobras de B3 para B2, citando menor risco de liquidez e perspectivas de melhor desempenho operacional da companhia no médio prazo.

Segundo Monteiro, as agências de classificação de risco possuem hoje uma "foto" defasada sobre a companhia. Ele destacou que a capacidade de geração de caixa da companhia, para pagamento da dívida, e a demanda dos investidores na emissão de bônus desta semana são indicativos da melhoria da percepção do mercado. O executivo lembrou que a intenção inicial da Petrobras era captar US\$ 2 bilhões, mas que acabou aumentando a emissão para US\$ 4 bilhões, para aproveitar a boa resposta do mercado à operação.

"Nossa posição de caixa é maior que todos os vencimentos [de dívida] de 2017 e 2018. Isso antes da operação [de emissão de bônus] e antes do recebimento dos [recursos] de desinvestimentos de 2016 que entrarão no caixa ao longo deste ano, fora os ativos que ainda serão vendidos. Se a Petrobras não fizer nada nesses dois anos e meio ela tem caixa suficiente para cumprir seu serviço da dívida", afirmou.

O presidente da companhia, Pedro Parente, afirmou, por sua vez, que o caixa da estatal tem sido fortalecido pelas margens nos preços dos combustíveis. Segundo ele, mesmo sem reajustar os preços de gasolina, na última semana, a companhia vem mantendo uma margem "no patamar desejado", tanto no diesel quanto na gasolina.

O presidente da estatal destaca ainda que, com a posição de caixa atual, a empresa não precisa de "dinheiro novo", mas que continuará atenta às oportunidades de captação no mercado, "sempre de olho em oportunidades de rolagem e nunca de acréscimo da dívida".

Parente explicou, ainda, que, com a emissão realizada na segunda-feira, a companhia conseguiu se antecipar às expectativas de volatilidade no mercado previstas para o primeiro ano de mandato do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

"Diante das incertezas e percepção mais positiva em relação a Petrobras entendemos que valia a pena dar uma testada no mercado", afirmou o executivo.

A desalavancagem da Petrobras é hoje um dos principais pilares do plano de negócios da companhia, que antecipou para 2018 a meta de reduzir a relação dívida líquida/Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 4,1 vezes (dados do terceiro trimestre de 2016) para 2,5 vezes.

O programa de venda de ativos é um dos principais meios para que a companhia consiga alcançar o objetivo. Monteiro reiterou que a meta desse programa é de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018. Segundo ele, a Petrobras possui, hoje, uma carteira de ativos da ordem de US\$ 42 bilhões para fazer frente à meta de venda ou formação de parcerias. Esse portfólio inclui um conjunto de ativos passíveis de venda, mas apenas alguns deles serão selecionados para participarem do programa.

O diretor Financeiro e de Relações com os Investidores disse que os setores de petroquímica e downstream (área que inclui os ativos de refino e distribuição de combustíveis) serão objetos "de esforço muito grande" do programa de venda de ativos da petroleira.

Monteiro comentou ainda sobre a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de proibir a estatal de assinar novos contratos de venda de ativos e de iniciar novos processos de negociação até que a corte analise os procedimentos da empresa. O executivo informou que o diálogo com o TCU tem sido "aberto" e que a estatal "está pronta" para retomar os debates com o órgão.

Segundo ele, a Petrobras está aguardando o fim do recesso do tribunal, previsto para a próxima semana, para voltar a discutir o assunto com o TCU.

"Em alguns requisitos temos plena concordância [com o TCU], são melhorias do processo. Outros a gente quer ampliar a discussão porque podem afetar a competitividade do processo de forma negativa. Mas o diálogo está aberto", disse Monteiro.

Ele afirmou, ainda, que a BR Distribuidora é o ativo cuja a negociação está mais avançada, se comparado aos processos de venda da Braskem e Transpetro.

No biênio 2015-2016, a Petrobras anunciou, ao todo, US\$ 13,6 bilhões em venda de ativos, com destaques para os negócios relacionados aos campos no pré-sal (Lapa e Carcará) e à Nova Transportadora do Sudeste (NTS)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Juliana Machado, Rodrigo Rocha e Renato Rostás

Título: Estatal atinge meta anual de produção e bate recorde

Com o recorde mensal de produção nacional de petróleo, de 2,301 milhões de barris/dia, divulgado ontem, a Petrobras alcançou a meta de produção média em 2016, de 2,14 milhões de barris diários, pelo segundo ano consecutivo, após 13 anos de insucessos no cumprimento do objetivo. O fato de atingir a meta do ano passado, que também foi recorde anual da companhia, surpreendeu o mercado, que esperava um número um pouco abaixo da marca definida para o ano.

A companhia também anunciou recorde mensal da produção de petróleo operada pela estatal na camada pré-sal, de 1,27 milhão de barris/dia. Segundo a empresa, o recorde diário de produção no pré-sal ocorreu em 29 de dezembro, com 1,34 milhão de barris.

Em 2015, a meta de produção, de 2,125 milhões de barris/dia, foi atingida na gestão de Aldemir Bendine. Naquele ano, a empresa entregou uma produção nacional de 2,128 milhões de barris/dia. A meta para 2016, de 2,145 milhões de barris/dia, havia sido definida ainda sob o comando de Bendine e mantida por Pedro Parente, quando assumiu a presidência da estatal no fim de maio. As metas de 2015 e 2016 foram alcançadas na gestão da diretora de Exploração e Produção (E&P), Solange Guedes.

Cumprir a meta também foi visto pelo mercado como sinal de que a Petrobras pode alcançar objetivos mais ousados, como o nível de alavancagem (medido pela relação dívida líquida/Ebitda) de 2,5 vezes em 2018 e o plano de venda de ativos para o período 2017/2018, de US\$ 21 bilhões. A meta inicial, para o período, era de US\$ 19,5 bilhões, mas foi incorporada a cifra de US\$ 1,5 bilhão que restou para alcançar a meta do biênio 2015/2016, de US\$ 15,1 bilhões.

Com relação à produção, o próximo desafio, segundo especialistas, será assegurar a meta para 2017, de 2,07 milhões de barris/dia. Apesar de ser um número menor do que o traçado para o ano passado, a meta para este ano enfrentará o contínuo declínio da produção na Bacia de Campos e o programa de venda de ativos.

"O resultado de 2016 superou nossa expectativa, o que é muito bom", disse Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura. "Mas 2017 não será um ano tranquilo. A Petrobras está cortando muito custo e muito investimento, em função da dívida. Ela vai sentir na produção o corte de investimentos", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Petroleira pretende rever bloqueio cautelar no 1º tri

O diretor de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras, João Elek, acredita que o bloqueio cautelar das empresas envolvidas na Lava-Jato deve ser revisto "no curto prazo". A lista de 27 companhias impedidas de contratar com a estatal após as denúncias do esquema de corrupção completou, em dezembro, dois anos e foi o principal motivo que levou a petroleira a lançar uma licitação internacional para contratação dos serviços de construção das unidades de processamento de gás natural do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj).

"Acreditamos que num curto espaço de tempo a gente tenha novidades, de poder sentar com as empresas e levar adiante um diálogo no caminho do desbloqueio", afirmou Elek, ontem, a jornalistas.

O executivo disse não ser possível definir um prazo para que os bloqueios sejam eliminados, mas afirmou que "parece razoável" que a revisão da lista ocorra no primeiro trimestre. Segundo ele, algumas das empreiteiras já desenvolveram programas de integridade que "parecem muito bons" e que estão em fase final de revisão.

Diante das restrições às grandes empreiteiras do país, a Petrobras recorreu às construtoras estrangeiras para continuar as obras do Comperj. O presidente da estatal, Pedro Parente, saiu em defesa da decisão e disse que as resistências à entrada das empreiteiras de capital estrangeiro "no fundo, no fundo, têm um caráter ideológico".

"Eu não acho que empresas que estão instaladas no país e que produzem, geram emprego e renda no país possam ser chamadas de estrangeiras", disse. "Nosso objetivo é ampliar o número de possíveis participantes na concorrência e isso melhorará as condições de competição, com reflexo positivo nos preços", defendeu.

Além do Comperj, a Petrobras também buscará, no exterior, a contratação de plataformas para o pré-sal. A diretora de Exploração e Produção, Solange Guedes, disse que a licitação internacional para as unidades de Sépia e Libra estão em andamento e se mostrou otimista quanto à obtenção do perdão pelo não cumprimento dos índices de conteúdo local (waiver, em inglês) para os dois projetos.

"Existe uma convergência e empenho total da ANP [Agência Nacional do Petróleo] de tratar desse assunto com cuidado e atenção", afirmou Solange, argumentando que, sem a isenção dos índices de nacionalização, a viabilidade dos projetos pode ficar comprometida. "No limite, não há projeto [de Libra] sem o 'waiver'", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: OGX chega a acordo com credor para converter R\$ 2,4 bi

O acordo com credores anunciado pela Óleo e Gás Participações (OGPar) e pela OGX Petróleo e Gás, ambas em recuperação judicial, foi possível porque concluiu-se que sem ele havia o risco de falência das duas companhias. A possibilidade de quebra resultava das dificuldades para implementar o plano de recuperação, virtualmente paralisado há dois anos. Agora, pelos novos termos, credores da petroleira criada por Eike Batista devem finalmente converter R\$ 2,4 bilhões de dívidas em capital da OGX, a empresa operacional. As negociações se estenderam por dois anos e, em 90 dias, a nova estrutura acionária proposta deve estar vigente depois das aprovações dos acordos em assembleias de acionistas e conselhos de OGPar, de OGX e de credores.

Quando o acordo for implementado, o capital social da OGX será distribuído entre um conjunto de credores. A companhia será controlada por OSX Leasing BV, com 32,5%; por credores que concederam empréstimo adicional no valor original de US\$ 70 milhões ("incremental facility"), que ficarão com 15,58%, e pelos chamados debenturistas DIP, com 46,92%. A OGPar, antiga OSX S.A., empresa de Eike que abriu o capital em bolsa em 2008, ficará com 1,29%, sendo metade desse percentual (0,64%) de Eike. Os atuais acionistas da OGX terão 3,71%.

Hoje, antes da implementação do acordo, a OGX está em mãos de acionistas minoritários, com 74,11%, e da OGPar, com 25,89%. A OGPar é metade de Eike, embora ele tenha dado suas ações em garantia, e metade de minoritários.

O acordo resolve o passado da OGX, uma vez que permite quitar dívidas antigas, e, ao mesmo tempo, dá estabilidade à empresa para continuar a produzir petróleo no campo de Tubarão Martelo, na Bacia de Campos (RJ), onde extrai 8,5 mil barris por dia. É cerca de 1% do plano original de Eike de fazer a OGX produzir 800 mil barris/dia.

O acordo representa ainda uma segunda rodada de conversão de dívida em capital da OGX desde que a petroleira pediu recuperação judicial, em 2013. A empresa enfrentou sérias dificuldades após a cotação do barril de petróleo cair logo depois aprovar o plano de recuperação, em 2014.

A primeira conversão de dívida em capital da OGX ocorreu a partir do pedido de recuperação. Foi considerada à época a maior recuperação judicial da América Latina - R\$ 13,8 bilhões (US\$ 5,7 bilhões) de dívida reestruturada. Em 2016, a Oi também entrou com ação, com uma dívida de R\$ 65 bilhões.

Nos últimos anos, desde a aprovação do plano de recuperação da OGX, o que se viu, na visão de pessoas próximas às negociações, foi uma "guerra de foice no escuro" entre a petroleira e os hedge funds da OSX3 representados pelo Nordic Trustee. A OGX reduziu e depois suspendeu as taxas de afretamento da plataforma OSX 3, pertencente a uma entidade no exterior (OSX-3 Leasing BV). As dívidas chegaram a R\$ 700 milhões no fim de 2016, sem considerar penalidades contratuais, o que levou a Nordic a abrir processos judiciais e a penhorar a participação da OGX na Parnaíba Gás Natural.

Pelo acordo, há três grupos de credores que converterão créditos em ações da OGX. Um deles é formado por mais de 100 "hedge funds" que compraram bônus emitidos pela plataforma OSX3. A OSX, empresa também criada por Eike, faz parte do acordo com os credores. Há ainda detentores de debêntures conversíveis em ações, os chamados "DIP landers"; e credores que aportaram recursos adicionais ("incremental facility").

Na reestruturação, está previsto ainda que a OGPar seja incorporada por OGX e deixe de existir. Também se analisa a possibilidade de a OGX entrar com pedido perante a Justiça do Rio e o administrador judicial, a Delloite, para que se encerre o processo de recuperação.

Com o acordo, ontem a ação da OGPar subiu 6,25%, a R\$ 4,76, e a de OGX, 3,62%, para R\$ 2,29.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Avaliação de Usiminas piora após impasse com Sumitomo na Musa**

O insucesso da Usiminas em conseguir uma parte do caixa de sua controlada em conjunto Mineração Usiminas (Musa) caiu como um balde de água fria no mercado financeiro, que seguia otimista em 2017 com as perspectivas da empresa. Até então, a empresa mineira não dava sinais de que seria um problema convencer a sócia Sumitomo. Para piorar, agora os investidores voltam a considerar em suas contas o perigo de "calote" da siderúrgica por falta de recursos.

As ações preferenciais de classe A da companhia fecharam o pregão de ontem da BM&FBOvespa em queda de 1,99%, para R\$ 4,43. Ainda, durante toda a manhã e em boa parte da tarde, os papéis lideraram as perdas do Ibovespa, o principal índice - chegando a recuar 6% na mínima do dia. Mas iniciaram recuperação gradual após meio da tarde. No ano, o papel da empresa ainda sobe 8%. Em 2016, acumulou ganhos de 169%.

Para o Goldman Sachs, o grande temor que paira sobre a Usiminas é em relação a sua liquidez, ou a habilidade de honrar obrigações financeiras de curto prazo. Em 2016, a empresa afastou a possibilidade de um calote e necessidade de pedir recuperação judicial ao fechar um acordo com os credores que aliviou o risco de solvência. Mas o acerto seria válido se os recursos de R\$ 700 milhões do caixa da Musa fossem transferidos.

"Não podemos saber qual será o resultado potencial das negociações futuras entre Usiminas e Sumitomo, mas acreditamos que o evento representa um incremento no risco de solvência e liquidez e pode comprometer os esforços de reestruturação", disseram os analistas Humberto Meireles e Thiago Auzier, do Goldman, em relatório.

O revés sofrido pela Usiminas por ora não é visto como um problema para nenhum dos bancos credores, segundo fonte próxima a eles. Sem os R\$ 700 milhões, explica o interlocutor, a companhia terá menos tempo para reestruturar sua dívida e pagá-los. No acordo fechado em 9 de setembro, a capitalização de R\$ 1 bilhão dos acionistas somada aos R\$ 700 milhões da Musa daria à empresa 18 meses de conforto. Agora, diz, a siderúrgica vai dispor de menos tempo.

A dívida renegociada com credores - Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e bancos japoneses - foi de R\$ 6,3 bilhões, do total de R\$ 6,9 bilhões contabilizados em

setembro - último balanço disponível. Já o caixa era de apenas R\$ 1 bilhão, se desconsiderados R\$ 1,3 bilhão que pertencem à Musa. O Goldman ainda projeta Ebitda de 920 milhões e queima de R\$ 291 milhões em caixa durante 2017.

Para os bancos, é importante que a empresa consiga continuar operando nesse período e passe a gerar caixa suficiente, o que depende de uma recuperação dos mercados, puxada por alta dos preços das commodities, retomada da economia brasileira, dólar valorizado, aumento de exportações, entre outros.

Para o Credit Suisse, a negativa da Sumitomo à redução de capital de R\$ 1 bilhão - que repassaria R\$ 700 milhões à Usiminas - levanta dúvida sobre a capacidade da siderúrgica em conseguir de fato concluir a renegociação de dívida costurada em 2016.

Questionada pelo Valor sobre os termos do acordo com credores em relação ao caixa da Musa e se é certo que o plano deixa de valer sem os recursos, a Usiminas, em nota, disse que avalia medidas cabíveis para conseguir o dinheiro.

A avaliação é que, além de perder o alongamento da dívida dez anos com carência de três -, descumprir a cláusula relativa ao caixa da Musa abriria espaço aos credores para pedir o vencimento antecipado da dívida, ressaltam os analistas. O Goldman estima que a necessidade de recursos seria de R\$ 4 bilhões neste ano, caso de fato houvesse aceleração da dívida.

Após a AGE, a Ternium disse que espera reação rápida da presidência da Usiminas. A Nippon não comentou. (Colaboraram Flavia Lima e Alessandra Bellotto)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Graziella Valenti e Camila Maia

Título: Renova e AES Tietê avançam em negociação

A Renova Energia deve anunciar nos próximos dias que chegou a um acordo de exclusividade para vender o complexo eólico Alto Sertão II, na Bahia, para a AES Brasil, apurou o Valor com fontes próximas da negociação.

Segundo fontes com conhecimento direto do assunto, o valor do negócio é de R\$ 600 milhões a R\$ 700 milhões. No entanto, a cifra pode ser ainda maior, porque, segundo uma das fontes, o acordo inclui algumas variáveis ao longo do tempo de geração do parque.

A AES terá um período de exclusividade de 30 dias para avançar na negociação, que, se bem sucedida, vai ajudar a tirar a Renova da rota de uma recuperação judicial.

A negociação já recebeu o aval do conselho da Renova, mas ainda precisa passar pelas aprovações dos conselhos de administração da Cemig e da Light, principais acionistas da geradora. O Valor apurou que a reunião do conselho de administração da Light está marcada para hoje. Segundo uma fonte, porém, as reuniões deverão ser curtas, apenas para aprovação do negócio.

O próprio conselho da AES também precisa aprovar formalmente o negócio. A reunião ainda não foi convocada, mas isso é "facilmente resolvível", por meio de uma reunião de emergência, segundo uma pessoa com conhecimento da negociação.

No caso da Renova, a venda do ativo vai ajudar a melhorar a situação de caixa da empresa, que segue endividada e em uma situação financeira complicada.

A compra do parque eólico também se encaixa nos planos da AES de diversificação do portfólio da AES Tietê, atualmente 100% de geração hídrica. "Vão agregar um ativo diferente, reduzindo o risco hidrológico, faz todo o sentido", disse uma das fontes. Outro ponto positivo para o comprador é que o ativo está em operação, gerando caixa.

O complexo eólico tem 386,1 megawatts (MW) de capacidade instalada dividida em 15 parques, com 230 aerogeradores, localizadas nos municípios baianos de Caetité, Guanambi, Igaporá e Pindaí. A energia foi comercializada em dois leilões: o de reserva de 2010 e o A-3 realizado em 2011.

O comprador assumirá também o financiamento de cerca de R\$ 1 bilhão que o complexo tomou em 2014 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com prazo de 16 anos. Para a Renova, isso vai representar uma redução significativa na sua dívida líquida total, que somava R\$ 2,7 bilhões ao fim de setembro, sendo R\$ 1,099 bilhão com vencimento em até doze meses.

A AES Tietê, por sua vez, passa por uma situação oposta. Ao fim de setembro do ano passado, a empresa tinha uma relação entre dívida líquida e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de 0,9 vez, com espaço para uma aquisição significativa. A alavancagem baixa chegou, inclusive, a chamar a atenção do mercado, que espera uma expansão da capacidade instalada da companhia.

A geradora tem capacidade instalada de 2.658 megawatts (MW), dividida em nove hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Além de ajudar

a diversificar o portfólio de geração com uma fonte diferente, a aquisição representará um incremento de cerca de 14,5% na sua potência instalada.

Procurada, a Renova Energia disse que não iria comentar o assunto e a AES Tietê não respondeu até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Agenda

Economia e petróleo

A Fundação Getúlio Vargas promoverá o seminário "Economia política e governança das rendas do petróleo: discutindo as perspectivas de gestores e eleitores". Durante o evento, serão apresentados os resultados preliminares de pesquisa realizada em 15 municípios do Rio de Janeiro para apurar o nível de informação e as preferências dos eleitores sobre a aplicação dos royalties do petróleo.

Data: 26 de janeiro

Horário: 14h às 18h

Local: Praia de Botafogo, 190, sala 537 - Botafogo / Rio de Janeiro

Informações: ipglab@fgv.br

MME / ASCOM